

## Frente Sindical

06-Sep-2008

Frente Sindical propõe 4% para 2009

-

A frente sindical é constituída por:

- &mdash; Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado
- &mdash; Sindicato Nacional dos Professores Licenciados
- &mdash; Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos
- &mdash; Sindicato dos Enfermeiros
- &mdash; Sindicato dos Profissionais de Polícia

Propôs ao Governo para 2009:

- &mdash; Um aumento salarial de 4%
- &mdash; Uma alteração excepcional da fórmula de cálculo do indexante de apoios sociais e uma antecipação do processo de convergência dos aumentos das pensões dos aposentados da Administração Pública de forma a permitir um aumento das pensões, em 2009, idêntico ao dos salários.

-

Quanto aos salários:

- &mdash; Estamos confrontados com uma clara quebra do compromisso do actual Governo, no que toca à perda do poder de compra dos trabalhadores que deve situar-se à volta dos 0,9%, em 2008;
- &mdash; Se tivermos em conta que o Banco de Portugal prevê um crescimento do PIB de 1,3% e da taxa de inflação de 2,5%, parece-nos mais do que razoável propor, para 2009, um aumento dos salários de 4%.

-

A degradação dos salários não ajuda a economia nacional e degrada as condições de vida e de trabalho de forma dramática:

- &mdash; A quebra do poder de compra em 2008, de 0,9%, é sensivelmente igual à registada em 2007, de 1%;
- &mdash; Em termos acumulados, entre 2000 e 2008, o poder de compra deve diminuir 11,2% para os trabalhadores que tiveram um congelamento salarial em 2003 e 2004 e de 7,7% para os restantes!

-

A modernização dos Serviços Públicos precisa de trabalhadores motivados.  
E isso não é possível com:

- &mdash; Perdas sistemáticas do poder de compra,
- &mdash; Congelamento de promoções,
- &mdash; Aumento de descontos para a ADSE,
- &mdash; Colocação de trabalhadores em mobilidade especial,
- &mdash; O aumento da precarização:

- A despesa com pessoal dos quadros, em 2006 e 2007, reduziu-se 86 milhões de euros;
- A despesa com pessoal a termo, em 2008, bem como com aquisição de serviços, só no 1º semestre de 2008, deverá aumentar 97 milhões de euros!

É a chamada redução de despesa de "faz de conta"!

-

Para as pensões de aposentação que, só em 2008, estão confrontadas com uma perda do poder de compra entre -0,6% e -3%, as organizações sindicais signatárias propõem:

a) Uma alteração excepcional da fórmula de cálculo do indexante de apoios sociais &mdash; IAS (Lei nº 53-B/2006).

Assim, para 2009 o aumento do IAS teria por base:

- A taxa de inflação anual a 30 de Novembro de 2008 (~3%);

- Acrescida de 0,5 pp, mesmo que a taxa de crescimento real do PIB não venha a atingir este ano 2%, como deve ser o caso. O IAS de &euro;407,41, em 2008 seria, em 2009, de &euro;421,67 (3,5%).

b) A antecipação, para 2009, do processo de convergência dos aumentos das pensões dos aposentados da Administração Pública com os da Segurança Social, previsto para 2011 (Lei n~52/2007), de modo a atenuar a discriminação dos primeiros no que toca a actualização das pensões acima de 6 x IAS (&euro;2444,46) que não têm tido qualquer aumento;

c) O reembolso aos aposentados dos descontos para a ADSE, feitos sobre 14 meses em vez de 12.

-

A Actualização dos escalões do IRS

a) Esta actualização tem vindo a ser feita, sistematicamente abaixo da taxa de inflação. Nos últimos 7 anos o diferencial de actualização é de 5pp. Propõe-se que a actualização para 2009 seja de 4%;

b) Dedução específica para os aposentados

Propõe-se, para 2009, a manutenção da dedução específica anual no IRS em &euro;6000,00 (o mesmo valor de 2008);

c) Despesas com seguros de saúde

Propõe-se que a dedução à colecta da despesa com seguros de saúde possa estar incluída nas despesas de saúde, que não têm limite na dedução.

-

Outras condições de trabalho

a) Subsídio de refeição:

Propomos &euro;6,00 (&euro;4,03 em 2007 e &euro;4,11 em 2008) &mdash; um aumento de 46%;

b) A ADSE &mdash; O cumprimento do compromisso do Governo de alargar a ADSE a todos os trabalhadores da Administração Pública e o alargamento da mesma a todas as valências;

c) Ajudas de custo e despesas com transportes: uma actualização de 4%;

d) Seguro de saúde: a concretização de um seguro para todos os trabalhadores.

-

Revisão das carreiras e corpos especiais

Há toda uma regulamentação de diversas matérias que a Lei nº12-A/2008, de 27 de Fevereiro, previa dever ser feita no prazo de 180 dias.

Estranhamente o Governo pura e simplesmente não cumpre. As organizações sindicais pretendem que seja acordada uma calendarização.

-

Emprego público para 2009

A transparência exige que uma entidade responsável pela base de dados da Administração Pública publique, com regularidade, os números atinentes às entradas e saídas, bem como todo um conjunto de elementos que permitam uma

adequada avaliação das políticas públicas na área, de modo a que esta informação deixe de servir para jogos político-partidários.

Lisboa, 2008-09-02

Contactos: Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado  
Tel: 21 386 00 55 &mdash; Fax: 21 386 07 85 &mdash; E-mail: ste@mail.telepac.pt  
Sindicato Nacional dos Professores Licenciados  
Tel: 21 846 43 71 &mdash; Fax: 21 846 43 73 &mdash; E-mail: s.n.p.l@mail.telepac.pt  
Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos  
Tel: 21 816 17 10 &mdash; Fax: 21 815 00 95 &mdash; E-mail: sti\_sg@netcabo.pt  
Sindicato dos Enfermeiros  
Tel: 707 20 40 40 &mdash; Fax: 22 519 40 49 &mdash; E-mail: info@enfermeiros.pt  
Sindicato dos Profissionais de Polícia  
Tel: 21 361 09 41 &mdash; Fax: 21 361 11 27 &mdash; E-mail: sede@spp-psp.pt